


# Fórum Paulista de Saúde da População Negra - Ano I

SÃO PAULO  
2024



# **Fórum Paulista de Saúde da População Negra – Ano I**

*Publicado originalmente In: Caderno de Boas Práticas em Atenção à Saúde da População Negra no Brasil: algumas experiências. Celso Ricardo Monteiro & Rosana Batista Monteiro (org); São Carlos. Pedro & João Editores, 2025.*

São Paulo

2024

## **Apresentação**

Diferentes lideranças do movimento negro, em todas as suas vertentes, pesquisadores, intelectuais, gestores, profissionais de saúde e de outras áreas de atuação, reunidas a partir da Conferência Nacional Livre de Saúde da População Negra (prévia da 17ª Conferência Nacional de Saúde) fundaram o Fórum Paulista de Saúde da População Negra, em julho de 2023, a partir dos passos iniciais na Sociedade Ketú Àse Igbin de Ouro, e a experiência obtida na organização da Aliança Pró-Saúde da População Negra entre 2018 e 2022.

A criação do Fórum Paulista de Saúde da População Negra e sua condução em meio ao cenário aqui descrito demonstra que há um desafio concreto na organização da sociedade frente aos desafios do SUS: a articulação das forças políticas para organização comunitária diante da necessidade de incidência política, advocacy e controle social, em meio ao estado da arte, o que consideramos fruto da atuação do estado e seu modelo arcaico de atuação.

O presente registro, descreve e analisa por fim, como se deu o processo e quais os seus resultados iniciais, considerando o cenário em o mesmo se deu, e as dificuldades encontradas ao longo do percurso.

## **A organização do Fórum Paulista de Saúde da População Negra: questões à cidadania, direitos humanos e saúde pública com equidade.**

Celso Ricardo Monteiro<sup>1</sup>  
Maicon Ricardo Nunes Martins<sup>2</sup>

### **1 Introdução**

Ao considerarmos os dados epidemiológicos no Brasil atual, têm-se que, as desigualdades se mantêm entre brancos e negros, ainda mais acentuada se compararmos homens e mulheres, tal como entre as mulheres brancas e as mulheres negras. O conjunto de desafios reúne o acesso a bens, recursos e serviços, historicamente negados à população negra brasileira, nas diferentes áreas da sociedade, o que *per si*, indica a manutenção do racismo na malha social brasileira.

A garantia do direito à saúde no Brasil, demonstra-se sempre ameaçada por projetos políticos-ideológicos que são marcados pelo racismo e suas inúmeras facetas, resultando em uma intensa violação de direitos, que no caso da saúde pública, pode ser interpretada constantemente como objeto do capital. No governo anterior ao atual, por exemplo, a gestão do SUS foi abalada por uma conjuntura que eliminou inúmeras possibilidades de atenção e cuidados direcionados às pessoas mais vulneráveis, uma vez que as políticas para populações específicas foram negadas no âmbito da gestão, comportamento observado também na organização social, vide o impacto da pandemia de COVID-19.

Em pauta, estava não apenas o modelo de saúde ofertado à população brasileira, mas também a democracia, conquistada ao longo de anos pós-ditadura, implicando por exemplo, a credibilidade das instituições brasileiras, suas práticas e viscitudes. Falava-se, por exemplo, em apagamento dos movimentos sociais diante dos desafios impetrados pelo governo da época, muito embora, a cena anterior – gestão Michel Temer – tenha alimentado tal processo, segundo a ótica de diferentes lideranças.

Com as eleições de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva vence o pleito e nomeia Nísia Trindade como Ministra de Estado da Saúde, no mesmo processo em que Tarcísio de Freitas ganha as eleições para o governo do Estado de São Paulo. Em meio a modelos políticos diversos, o CNS –

---

<sup>1</sup>Especialista em Saúde Pública, com graduação em Ciência Sociais – FMU; Babalorixá do Àse Igbin de Ouro; fundador da Aliança Pró-Saúde da População Negra. E-mail: [celsormont@gmail.com](mailto:celsormont@gmail.com)

<sup>2</sup>Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV, Médico Psiquiatra, Especialista em Neurociências pela UNIFESP; Membro da coordenação estadual do MNU/Movimento Negro Unificado, e da Aliança Pró-Saúde da População Negra. E-mail: [maicon.nunes@unifesp.br](mailto:maicon.nunes@unifesp.br)

Conselho Nacional de Saúde resolve por realizar a 17ª Conferência Nacional de Saúde, e com etapas preparatórias, abre a possibilidade de Conferências livres e temáticas, que vinham sendo utilizadas como metodologia de auto-organização dos movimentos de saúde durante o período governamental anterior, para ampliar o debate sobre os desafios do SUS, no cenário nacional.

Questões importantes como a vulnerabilidade, foram novamente a tônica do debate mais que necessário, anos depois da implantação da PNSIPN via Portaria No. 992/MS – GM, pois:

O plano de análise da dimensão programática (ou institucional) da vulnerabilidade busca justamente avaliar como, em circunstâncias sociais dadas, as instituições, especialmente as de saúde, educação, bem-estar social e cultura, atuam como elementos que reproduzem, quando nem mesmo aprofundam, as condições socialmente dadas de vulnerabilidade (AYRES, et al. 2009).

É preciso compreender que *“a saúde é um bom indicador de como uma sociedade está se saindo como um todo. O nível de equidade em saúde acaba deixando evidente as desigualdades sociais”* (UNAIDS; 2023).

Com isso, coube aos movimentos negros e particularmente ao movimento de mulheres negras realizarem de forma híbrida, a Conferência Nacional Livre de Saúde da População Negra, em maio de 2023, a partir da parceria entre Criola e Aliança Pró-Saúde da População Negra. Mobilizadas a partir de tal conferência, diferentes lideranças políticas comprometidas com a defesa da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN no país, atuaram na organização da atividade, em todas as suas etapas. A conferência em si, possibilitou uma densa avaliação da PNSIPN, retomando o debate, por exemplo, sobre o cenário paulista.

A partir desse processo, lideranças do movimento negro, em todas as suas vertentes, pesquisadores, intelectuais, gestores, profissionais de saúde e de outras áreas de atuação, fundaram o Fórum Paulista de Saúde da População Negra, em julho daquele ano, a partir dos passos iniciais na Sociedade Ketú Àse Igbin de Ouro, e a experiência obtida na organização da Aliança Pró-Saúde da População Negra entre 2018 e 2022.

Considerado uma instância de organização e articulação da sociedade civil, é objetivo geral desse Fórum: “contribuir para a efetivação do direito da população negra à saúde, no estado de São Paulo, enfrentando o racismo, a discriminação, o preconceito, a xenofobia e as intolerâncias correlatas” e dessa forma tem atuado. Para o alcance de seu objetivo, se organizou em busca de mobilização da social para atuação conjunta, visando o monitoramento

e avaliação do processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nos municípios.

Questiona-se com o presente trabalho, como ocorreu o processo, quais os resultados iniciais obtidos no primeiro ano de sua organização e o que vislumbra a sociedade civil em tempos políticos tão adversos.

## **2 O desenvolvimento metodológico das ações e seus resultados**

Para organização do Fórum, as lideranças foram convidadas ao diálogo, visando a reflexão sobre aspectos centrais para a condução dessa rede política, e então optaram por deliberar sobre questões estratégicas: o seu modelo político de atuação; princípios; valores; concepções e visão de mundo; plano de ação; condução e avaliação categórica de si, enquanto sujeito político.

Assim, tais lideranças pactuaram que o Fórum deveria ter atuação suprapartidária, e entre seus valores e princípios, estão o espírito coletivo, a participação, a corresponsabilidade e o envolvimento das pessoas no que concerne à promoção, atenção e recuperação da saúde, com participação popular, controle social e incidência política sobre o Sistema Único de Saúde – SUS.

Nessa fase inicial foi possível contar com as contribuições do Movimento Negro Unificado – MNU em São Paulo; do Àse Igbin de Ouro/Juquitiba, da Produção Preta/Santos, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com AIDS/RNP+ e a Liga Acadêmica de Saúde da População Negra/Escola de Enfermagem da USP em Ribeirão Preto. Essa relação, mais tarde, foi alterada, pois, passou a reunir lideranças, alunos, professores, líderes religiosos e demais atores políticos, em efeito bola de neve, que mais tarde foram aderindo ao Fórum por meio de ficha de filiação, disponível no site.

Em meio às inúmeras reuniões para estrutura, coordenação e sustentabilidade do Fórum, seus filiados redigiram a “*Carta de Apresentação*” dessa articulação à sociedade, e com isso passaram a receber adesões de outras lideranças.

Provocados na sequência, por José Marcos de Oliveira, integrante à época, do Conselho da Comunidade Negra de Sorocaba, o Fórum buscou estudar as necessidades, dificuldades, a rota mais adequada, a atuação e o histórico do movimento negro paulistano, priorizando as articulações regionais, com vistas à duas regiões metropolitanas do estado (Baixada Santista e Ribeirão Preto), eleitas para tal, com o envolvimento das lideranças locais.

Para isso, a escolha metodológica foi a avaliação do mapa das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo e a definição das regiões prioritárias para atuação inicial. Com esse mapa foi possível, entre outras, identificar as lideranças políticas em cada um dos municípios, e com isso, mergulhar na avaliação das políticas públicas de saúde em cada uma daquelas regiões. Essa foi uma estratégia importante, inclusive de articulação entre os diferentes atores políticos, pois, a discussão sobre o desenvolvimento da PNSIPN deveria segundo as nossas expectativas, priorizar o território de tais lideranças e suas realidades.

O Fórum criou um site, de base gratuita, para dar visibilidade ao conjunto de articulações que se desenhava naquele momento, e essa é, desde então, a ferramenta definida como sua porta-voz, contando com atualização mensal que reúne convites, resenhas, análises, artigos e demais informações selecionadas pelas lideranças que atuam nos diferentes municípios.

Atentos a necessidade de mobilização para participação popular, controle social e incidência política, os membros do Fórum optaram por redigir o Manifesto em Defesa do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Saúde da População Negra, documento este, elaborado à várias mãos, com a intensa colaboração de Rony Coelho, do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde – IEPS.



Com isso, foi possível elaborar diagnóstico situacional e descrever importantes necessidades em saúde, a partir da ausência do estado diante da implementação da PNSIPN no Estado de São Paulo.

A realização de dois encontros regionais – Região Metropolitana da Baixada Santista e Região Metropolitana de Ribeirão Preto – foi determinante para o fortalecimento dessa articulação, e para isso, foi elaborado um roteiro dirigido, para cada uma das atividades. Os encontros de Ribeirão Preto e Baixada Santista foram planejados para ampliar as ações em âmbito regional, potencializando as articulações para criação do Fórum, e para tal contaram com comissões organizadoras formadas nas duas regiões. Tais movimentos ocorreram sob

condução da Produção Preta, na Baixada Santista, que estabeleceu parceria com a UNIFESP/Baixada Santista, e da Liga Acadêmica de Saúde da População Negra/USP Ribeirão Preto, que conduziram a organização da atividade.

Em ambos os encontros, o ponto de partida foi a avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a partir do grau de conhecimento das pessoas. Com isso, foi possível apresentar e discutir a Portaria 992, de maio de 2009, do Ministério da Saúde, que institucionaliza a PNSIPN e assim, discutir cada um dos seus itens (marca, objetivos, competências, etc.) com as lideranças locais.

O ponto central dos encontros resume-se ao fato de que inúmeras pessoas compreendiam a importância do tema, mas desconheciam a portaria e o seu teor. Uma nuvem de palavras, criada por Lucas Melo, a partir das informações coletadas junto aos participantes do Encontro da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, demonstrou o como as pessoas avaliavam a PNSIPN naquela ocasião:

O que sabemos sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra?  
17 responses



Na sequência, diante do Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra<sup>3</sup> o Fórum optou por estabelecer parceria com Criola/RJ, a fim de estimular e apoiar a realização de atividades em alusão à data, nos municípios, mobilizando as lideranças políticas para ampliação do debate.

Conforme experiência anterior, vivenciada também no âmbito da parceria entre Criola e Aliança Pró-Saúde da População Negra, foi criado um formulário eletrônico, em que as

<sup>3</sup> Organizado em sua primeira edição em 27 de outubro de 2006, para que houvesse ambiência política satisfatória à aprovação da PNSIPN pelo Conselho Nacional de Saúde, a partir da iniciativa de Fernanda Lopes, integrante do Conselho à época.



organizações informavam quais ações realizariam em meio a data tão importante, e assim, foram identificadas ações em diferentes estados, que foram publicadas no site do Fórum.

Para ampliar sua atuação política, a comunicação do Fórum usufruiu de grupo de whats app, aliado ao uso quinzenal de *e-mail list* para a divulgação de suas atividades junto aos diversos atores políticos. Esperava-se por ampliar o acesso das lideranças a informações relevantes, além de estabelecer articulações possíveis, e logo foi identificada a necessidade de um veículo de comunicação, que ampliasse a voz do Fórum e a visibilidade oferecida ao tema.

Dessa forma, foi criada uma página no Instagram, o que possibilitou a divulgação imediata de informações relevantes para o monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde. Desde então, Thiago Araújo, do Coletivo Prevenção para Todxs<sup>4</sup>, tem gerenciado a página, em sintonia com as demais lideranças.

No que tange à incidência política esperada naquele cenário, o Fórum entregou o seu Manifesto Político à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/São Paulo, em meio à Audiência Pública: Saúde da População Negra, conduzida pela Comissão da Verdade Sobre à Escravidão Negra - CEVENB, denunciando as inúmeras violações de direitos básicos e fundamentais relacionados à saúde da população negra vivenciadas na relação com o sistema de saúde. Aquele era o espaço político mais emblemático do momento, dada a importância da OAB no que tange à garantia de direitos básicos e fundamentais.

A Comissão Especial da Verdade sobre a Escravidão Negras no Brasil (CEVENB) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP) é um espaço que, desde sua criação, se propõe a enfrentar os desafios históricos que afetam a população negra. Sob a liderança de sua presidenta, Dra. Rosana Rufino, a Comissão tem reforçado o compromisso de integrar pautas relevantes do movimento negro, sobretudo no que tange à saúde, um direito essencial assegurado pelo Estatuto da Igualdade Racial.

A integração de ações como a regulamentação local da política de saúde integral da população negra e a realização de exames preventivos são passos importantes em direção à redução das desigualdades que ainda afetam a população negra.

Ao tomar forma ao longo do ano de 2023, a organização do Fórum Paulista no cenário político caminhou de forma a definir sua coordenação, realizar planejamento estratégico de suas ações para o período 2024/2025, e assim estabeleceu um canal importante de diálogo com a sociedade: uma plenária mensal, aberta, criada em abril de 2024, para ampliar o debate junto à sociedade, em meio à política nacional, e a necessária defesa do Sistema Único de

---

<sup>4</sup>Coletivo da sociedade civil que desenvolve ações de prevenção do HIV na comunidade de Brasilândia/São Paulo.

Saúde em âmbito local. A plenária, temática, que ocorre mensalmente e de forma virtual, e disponibilizada via canal do Fórum no Youtube, tem se consolidado como um amplo espaço de debate sobre o cenário e os temas correlacionados, o único do atual momento político.

O processo aqui descrito, inclui a identificação de lideranças para ampliação do debate em âmbito local, e ao conduzi-lo, em fevereiro de 2024, o Fórum reunia um total de 35 filiados em 18 municípios: São Paulo; Ribeirão Preto; Santos; Sorocaba; São Carlos; Campinas; Araraquara; Santos; São Sebastião; Botucatu; São José do Rio Preto; Carapicuíba; Lins; São Vicente; Praia Grande; Estância Turística do município de Barretos; Botucatu; Americana), contando com a contribuição de lideranças de Cachoeira/Bahia, Arraial do Cabo/Rio de Janeiro e do município de Rio de Janeiro/RJ.

A ampla diversidade política dos municípios que integram o Fórum, alimenta naturalmente a sua existência enquanto instância política da sociedade civil, e esse movimento político avançou, agora de forma articulada, na busca contínua pela implementação das políticas públicas de saúde, o que aqui, é interpretado como um resultado positivo importante, mas também como uma questão central para a atuação das organizações da sociedade civil na área.

### **3 Lições Aprendidas e Recomendações.**

Ao refletir sobre sua sustentabilidade técnica e política, o Fórum Paulista de Saúde da População Negra deu passos iniciais, em busca da condução de ações de comunicação para a avaliação, monitoramento e controle social das políticas públicas de saúde, o que foi considerado fator primordial para o avanço do tema.

A criação do site e a página no Instagram, por exemplo, possibilitaram a divulgação de informações diversificadas, o que inclui o posicionamento político desse Fórum, através do manifesto político por ele elaborado, e a necessidade de maior comunico acerca da implementação da PNSIPN.

No que tange à mobilização da sociedade, avalia-se que a organização e apresentação formal do Fórum Paulista foi muito bem recebida pelas lideranças políticas, que rapidamente aderiram à proposta, e contribuíram com a sua organização, daí a importância dos dois encontros regionais em meio à necessidade de articulação local, e a organização das ações em alusão ao Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra – 2023, pois, é intensa a necessidade de uma densa atuação política, reunindo esforços de diferentes atores, com

vistas ao monitoramento e avaliação da PNSIPN, bem como à participação popular e o controle social das políticas públicas de saúde, razão pela qual o Fórum foi criado.

No que se refere à incidência política, a saúde da população negra emergiu como um tema central das discussões promovidas pela CEVENB/Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente em um contexto pós-pandemia e de reconstrução democrática, após os desafios vividos entre 2018 e 2022. Esse período foi marcado por retrocessos institucionais e avanços de discursos fascistas e intolerantes, que tornaram ainda mais urgente a necessidade de políticas públicas efetivas para a população negra.

Nesse cenário, as atividades promovidas pela Aliança Pró-Saúde da População Negra destacaram-se como um importante canal de articulação, tal como tem sido com o Fórum Paulista. Os eventos realizados pela Aliança, amplamente divulgados em plataformas como YouTube, Facebook e Instagram, criaram oportunidades para debates relevantes sobre o tema. A vice-presidente da Comissão Especial da Verdade, Dra. Lenny Blue de Oliveira, esteve presente em diversas dessas iniciativas, levando para a Comissão as reflexões que contribuíram para ampliar o diálogo sobre tal agenda.

Reconhecendo o potencial transformador dessa pauta, a CEVENB passou a discutir a implementação do direito à saúde previsto no Estatuto da Igualdade Racial, especialmente no âmbito da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Em um esforço para conectar ações locais e nacionais, foi promovida, em 2022, uma audiência pública sobre o tema. Esse encontro reuniu lideranças do movimento negro, como Pai Celso Ricardo, Dra. Denise Ornelas – Médica da Família e Comunidade – MFC, representando o Coletivo Negrex (Coletivo de médicos negros e negras) e Dr. Maicon Nunes, médico representando o GT de Saúde do Movimento Negro Unificado/MNU, além de representantes da sociedade civil de diversas localidades, incluindo São Paulo, Araraquara e outros municípios do interior e da Grande São Paulo, além da representação do Ministério da Saúde o Sr. Luís Eduardo que participou como representante da Ministra da Saúde, a Sra. Nísia Trindade, e os representantes da Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo e da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

Como resultado dessa audiência, a Comissão iniciou a elaboração de uma minuta de projeto de lei municipal para regulamentar localmente a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. A proposta visa garantir que a saúde da população negra seja tratada não como uma política pública isolada, mas como um direito regulamentado e implementado nos municípios do estado de São Paulo.

Entre as ações práticas que demonstram o comprometimento daquela Comissão, destaca-se a realização, durante o Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra, comemorado em 27 de outubro, de exames de eletroforese de hemoglobina para diagnóstico de anemia falciforme. A atividade, direcionada a advogados e advogadas negras vinculados à OAB-SP, teve ampla adesão e mostrou o impacto direto que iniciativas desse tipo podem gerar na advocacia e na sociedade.

Dado o sucesso dessa ação, a OAB-SP, por meio de sua caixa de assistência a advocacia, a CAASP, incorporará a atividade ao plano de trabalho para o período de 2024 a 2027, promovendo exames voltados à advocacia negra, ampliando o alcance do diagnóstico e contribuindo para o enfrentamento de doenças prevalentes na população negra.

Além disso, a nomeação de um membro da Aliança pela Saúde da População Negra como Consultor da Comissão na temática da saúde reforça o compromisso com a inclusão de especialistas e lideranças do movimento negro no debate, e na implementação de políticas públicas.

O trabalho da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil da OAB-SP evidencia como a articulação entre movimentos sociais, academia e instituições públicas pode gerar resultados concretos para a promoção da equidade racial. Ao trazer a saúde da população negra para o centro de suas discussões e ações, a Comissão demonstra sensibilidade às demandas históricas do movimento negro e reafirma seu papel como instrumento de transformação social.

#### **4 Conclusão**

Equidade no campo de saúde da população negra é uma agenda estratégica da mais alta importância, sobretudo, no contexto atual, e que demanda maior cuidado e atenção por parte dos diferentes atores, dado o conjunto de disputas políticas e adversidades.

A criação do Fórum Paulista de Saúde da População Negra e sua condução em meio ao cenário aqui descrito demonstra que há um desafio concreto na organização da sociedade frente aos desafios do SUS: a articulação das forças políticas para organização comunitária diante da necessidade de incidência política, advocacy e controle social, em meio ao estado da arte, o que consideramos fruto da atuação do estado e seu modelo arcaico de atuação.

## Referências bibliográficas

- AYRES, José R. C. M, et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Tradução. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/288263766\\_O\\_conceito\\_de\\_vulnerabilidade\\_e\\_as\\_praticas\\_d\\_e\\_saude\\_Novas\\_perspectivas\\_e\\_desafios](https://www.researchgate.net/publication/288263766_O_conceito_de_vulnerabilidade_e_as_praticas_d_e_saude_Novas_perspectivas_e_desafios)> [Acesso em 02 de dezembro de 2024].
- \_\_\_\_ et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. Tratado de saúde coletiva. Tradução. São Paulo: HUCITEC/FIOCRUZ, 2009. Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/001851472>> [Acesso em 02 de dezembro de 2024].
- BERTOLOZZI, Maria R. et al. Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2009, v. 43, n. spe2 [acessado 26 junho 2023], pp. 1326-1330. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000600031>>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 2a. ed. Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2013.
- COLLUCI, C. “Desigualdades emperram o combate à Aids segundo as Nações Unidas”. Folha de São Paulo, São Paulo/BR. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/aids/> (acesso em 08/11/2024, 15h43).
- SILVA, José M (org). Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. Maranhão, 2003.